

## O POTENCIAL DO PORTUGUÊS BRASILEIRO COMO LÍNGUA INTERNACIONAL

Marcos Bagno (UnB)<sup>1</sup>

Orlene Lúcia de S. Carvalho (UnB)<sup>2</sup>

**RESUMO:** Para que o português brasileiro (PB) se torne uma língua internacional, é preciso que o Estado implemente políticas linguísticas eficientes. Internamente é necessário reconhecer a autonomia de nossa língua, abandonando o fantasma do português europeu, uma língua distante da realidade dos usos brasileiros falados e escritos. Deve ser combatida toda e qualquer forma de preconceito linguístico, além de se dever estimular a produção de obras didáticas voltadas para o ensino realista de nossa língua. Uma política linguística externa que invista na formação de mais professores de PB como língua estrangeira e na criação de novos centros de ensino certamente fortalecerá o potencial do PB como língua internacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** português brasileiro; língua internacional

**ABSTRACT:** Brazilian Portuguese (BP) has the potential to become an international language, but unfortunately the Federal Government hasn't implemented efficient language policies. It is necessary to have a domestic policy that leads to the recognition of the independence of our language and to ignoring the phantom of european Portuguese, a language that is very distant from the reality of brazilian language usage, both in spoken and in written texts. Any kind of language prejudice should be fought and the production of textbooks that consider the real use of our language should be encouraged. A country's foreign policy strongly committed to the formation of more teachers of BP as a foreign language and to the foundation of new language teaching centers will certainly strengthen the potencial of BP as an international language.

**KEY-WORDS:** Brazilian Portuguese; international language

### 1. DUAS LÍNGUAS DIFERENTES

Quando analisamos os dados estatísticos das políticas linguísticas de Portugal e do Brasil, as diferenças são muito eloquentes: o governo português mantém 1.691 docentes de língua no exterior, atua em 72 países e está presente em

---

<sup>1</sup> Marcos Bagno é professor do Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução da Universidade de Brasília. É sociolinguista e tradutor de vários idiomas.

<sup>2</sup> Orlene Lúcia de S. Carvalho é professora do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília. Atua nas áreas de Português do Brasil como Segunda Língua, Lexicologia e Lexicografia.

300 universidades mundo afora<sup>3</sup>. Já o Ministério das Relações Exteriores do Brasil é responsável somente por 40 leitorados e 24 centros de estudos brasileiros<sup>4</sup>. Essa diferença de números é ainda mais surpreendente quando comparamos Brasil e Portugal em termos de importância geopolítica e econômica. O Brasil participa de um grupo denominado BRICS, que inclui as chamadas “potências emergentes”, ou seja, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Portugal, infelizmente, é incluído num grupo pejorativamente chamado de PIIGS (Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha), os países que mais têm sofrido com a grave crise econômica iniciada em 2008.

INDICADOR	BRASIL	PORTUGAL
PIB	7º	50º
DESEMPREGO	4,9 %	18 %
DÉFICIT PÚBLICO	2,6 %	10,6 %
POPULAÇÃO	202 milhões (5º)	10 milhões (87º)
ÁREA	8.511.965 km <sup>2</sup> (5º)	98.000 km <sup>2</sup> (109º)

Para defender os argumentos que vamos expor aqui, é preciso deixar claro que, na nossa opinião, português europeu e português brasileiro são *duas línguas diferentes*. Não se trata simplesmente das diferenças que poderíamos chamar de folclóricas, que aparecem com frequência quando se aborda essa questão, ou seja, as diferenças de vocabulário e de “sotaque”. Estamos aqui tratando de diferenças em todos os níveis do sistema linguístico, a começar pelo mais empírico e concreto: o fonético. No português europeu (PE), existem duas vogais átonas centrais – [e] e [ə] – que são perfeitamente desconhecidas no português brasileiro (PB). O tratamento dado às sílabas átonas no PE e no PB também é diferente, a ponto de podermos classificar o PE como língua de ritmo acentual e o PB como língua de ritmo silábico. As consoantes [b], [d] e [g], no PE, sofrem lenização quando intervocálicas ou diante de [r], transformando-se respectivamente em [β], [ð] e [ɣ], o que jamais ocorre em PB.

<sup>3</sup> Dados colhidos em <http://www.instituto-camoes.pt>, acesso em 17/3/2015.

<sup>4</sup> Dados colhidos em <http://dc.itamaraty.gov.br/divisao-de-promocao-da-lingua-portuguesa-dplp-1>, acesso em 17/3/2015.

Mas as diferenças mais notáveis se encontram, de fato, no nível morfosintático: as descrições mais bem fundamentadas de cada uma dessas duas línguas deixam claras essas distinções gramaticais. E talvez não seja dispensável recordar que, se existem diferenças na *gramática*, é porque se trata de *línguas diferentes*, seja qual for o fundamento teórico empregado para definir língua e gramática.

Se são duas línguas diferentes, não faz sentido submeter os estudantes estrangeiros a aulas em que se alternam professores brasileiros e professores portugueses. Infelizmente, é isso o que acontece em muitos centros internacionais de ensino de português, principalmente na Europa. Aprender uma língua estrangeira é uma tarefa árdua, e aprender duas gramáticas e duas fonologias diferentes como se fossem uma só torna esse aprendizado ainda mais difícil e exigente.

No Brasil os filmes portugueses são exibidos nos cinemas com legendas, mas não se trata de uma mera transcrição do que é dito pelos atores: trata-se de uma verdadeira *tradução*. Quando algum ator diz, por exemplo, “viste-a ontem?”, na legenda aparece: “Você viu ela ontem?”. Se essa necessidade é sentida aqui, onde supostamente se fala a mesma língua que em Portugal, como fica a situação de estrangeiros, que aprendem a língua em seus países de origem, sem contato imediato com o ambiente e a cultura da língua que aprendem?

## 2. O NOME DAS LÍNGUAS

Sobre a questão da diferença entre línguas, o linguista sueco Tore Janson assume uma posição muito interessante:

É que as línguas não são apenas sistemas de comunicação entre indivíduos. Uma língua é usada por um grupo e é uma parte importantíssima da identidade e da cultura desse grupo. [...] Os usuários mesmos empregam o nome para aquilo que eles falam e nenhum forasteiro pode fazê-los mudar de opinião. Os nomes são de grande importância para as pessoas em geral e, em particular, para líderes políticos. [...], uma língua nomeada é um fato social e político tanto quanto um sistema linguístico, e as pessoas que decidem sobre línguas e nomes de línguas são aquelas que detêm o poder na sociedade. Mas esse jeito de considerar o problema está todo errado. Não é possível determinar quando uma língua se torna outra apenas estudando os sons ou as palavras ou qualquer outro aspecto do sistema linguístico. Trata-se de uma questão

decidida pelos próprios falantes, e não definível por seja lá qual for critério objetivo. (Janson, 2012: 122)

Se aceitarmos essa ideia, temos de reconhecer que ainda estamos longe de definir se o português brasileiro é ou não uma língua diferente do português europeu. Já alegamos que sim, com base em análises linguísticas, mas, segundo Tore Janson, "esse jeito de considerar o problema está todo errado". Enquanto nós, como falantes, não assumirmos a diferença e, por meio de nossa pressão cultural e política, não levarmos os detentores do poder a assumi-la também, continuaremos nessa flutuação, nessa indecisão em torno da definição do que seja o português brasileiro.

Como, nos dias de hoje, é difícil sustentar o combalido mito da neutralidade científica, somos da opinião de que o cientista – no nosso caso, o linguista – tem um papel político e social a desempenhar. É necessário fazer uma aberta e explícita militância em favor do pleno reconhecimento do português brasileiro como uma língua plena, não como uma “variedade”, um “dialeto”, ou uma “modalidade” do português, ao lado do português europeu. Afinal, meio milênio de história, e principalmente de uma história como a brasileira, em que os contatos linguísticos com as línguas indígenas e africanas foram intensos e profundos durante mais de 3/4 da nossa história oficial, é tempo mais do que suficiente para que uma língua nova tenha surgido, como de fato surgiu.

E não faltam exemplos mundo afora de situações que comprovam as palavras de Tore Janson. Existem modos de falar completamente distintos que recebem o mesmo nome, assim como existem modos de falar idênticos que recebem nomes distintos. O caso mais conhecido da primeira situação é o árabe. Em cada país árabe, a língua realmente falada pela população é tão diferente da falada em outros que a intercompreensão é impossível: o árabe marroquino e o árabe libanês, por exemplo, são tão diferentes entre si quanto o português e o italiano (Kaye, 1987: 667), mas, por razões religiosas, em todos esses países a língua ensinada nas escolas é o chamado "árabe clássico", a língua em que foi escrito o Corão, no século VII. É impensável que uma língua falada numa área tão extensa e por uma população tão grande tenha permanecido a mesma durante esses últimos quinze séculos.

Já a segunda situação, línguas idênticas com nomes diferentes, é o que se verifica na antiga Iugoslávia. Os linguistas sempre consideraram, e ainda consideram, a existência de uma única língua, o servo-croata. No entanto, depois do desmoronamento da federação iugoslava e das terríveis guerras que se seguiram,

em cada um dos novos Estados surgidos a língua recebeu um nome diferente: agora existe a língua croata, a língua sérvia, a língua bósnia e a língua montenegrina. De um lado, portanto, temos a unidade religiosa atribuindo uma unidade linguística que não existe de fato. Do outro, uma fragmentação política que atribui uma distinção linguística que, de fato, não existe.

O fato de ser o Brasil um país nascido de um processo colonial explica boa parte dessa dificuldade de assumirmos plenamente o que é nosso em termos de língua. A história das políticas linguísticas no Brasil sempre foi marcada pela repressão e pela imposição de uma língua sobre outras. No século XVIII, o governo do Marquês de Pombal expulsou os jesuítas e proibiu o uso da língua geral de base tupi, que vinha sendo usada como principal meio de comunicação em todo o território desde os primórdios da colonização. A modalidade de português ensinada nas escolas brasileiras foi durante muito tempo, e em parte ainda é, inspirada no padrão literário lusitano de meados do século XIX, um modelo de língua tremendamente distante da realidade dos usos brasileiros falados e escritos, e escritos até mesmo na nossa melhor literatura, desde pelo menos a segunda década do século passado, graças ao programa estético e ideológico dos primeiros modernistas. Na ditadura Vargas, as variedades de italiano e alemão usadas como línguas primeiras em diversas regiões do Sul do país foram proibidas e seu emprego se tornou um "crime idiomático".

O desprezo pelo que é caracteristicamente nosso sempre foi marca registrada da elite brasileira. Admitir que o português brasileiro é uma língua com todo o direito de assim ser chamada significaria abandonar o tradicional estereótipo da nossa cultura elitista de que no Brasil se fala português errado, indigno da língua de Camões, e que só o português europeu é correto.

### 3. BRASIL E GRÉCIA: INDEPENDÊNCIA E QUESTÕES DE LÍNGUA

Parece-nos valer a pena traçar paralelos entre o que se dá no Brasil de hoje e o que se passou na Grécia, quando o país ficou independente, no mesmo ano de 1822.

Em 1822, depois de mais de três séculos de domínio turco, a Grécia conquistou sua independência, perdida desde a queda de Constantinopla em 1453. Logo após a obtenção de sua autonomia política, os gregos enfrentaram um longo

debate interno a respeito de sua língua nacional. Agora que existia um Estado grego independente, que modalidade de língua grega deveria ser oficializada? Surgiram dois movimentos distintos: um desejava reaproximar a língua de sua forma clássica; o outro defendia a fala popular. O primeiro modelo de língua recebeu o nome de catarévussa (*kathareoussa*), a “língua purificada”, enquanto o segundo foi chamado de demótico (*dimotiki*), a “língua popular”.

Os defensores do catarévussa queriam uma língua que se aproximasse do dialeto ático clássico, que se tornou o padrão para o grego literário a partir do século IV a.C. Seu objetivo principal era expurgar a língua de quaisquer empréstimos estrangeiros, principalmente os provenientes do turco, a língua dos antigos opressores. No entanto, como é fácil supor, essa língua expurgada, purificada, estava muito distante do uso real, da língua que de fato servia de interação cotidiana entre os gregos. Apesar de seu caráter essencialmente artificial, o catarévussa foi imposto como língua oficial de 1833 a 1976. Primeiro, pela monarquia reinante e, mais tarde, pelos ditadores militares que governaram a Grécia do final dos anos 1950 até 1974. A fase mais sombria desse período foi a chamada “ditadura dos coronéis”, de 1967 a 1974, uma junta militar que, apoiada pelo serviço secreto estadunidense, executou um golpe de Estado e impediu o avanço do processo de redemocratização iniciado em 1964. Assim como no Brasil, e a partir do mesmo ano, assassinatos nunca esclarecidos, falsos suicídios, extradições, prisões arbitrárias e tortura foram práticas comuns.

O que sempre caracterizou o catarévussa foi o apoio que recebeu das forças políticas, intelectuais e religiosas mais conservadoras, para não dizer abertamente fascistas, como no caso dos ditadores militares. O demótico, por outro lado, sempre foi reivindicado pelas pessoas de mentalidade mais progressista e mais próxima dos anseios populares. Com a redemocratização do país, em 1976, o catarévussa foi quase totalmente abandonado, e o demótico se tornou a verdadeira língua da Grécia moderna.

Durante o período em que o catarévussa predominou como língua oficial, o grego demótico foi alvo de preconceito, desprezo e humilhação. Mas a redemocratização do país também acarretou a democratização das relações linguísticas entre o poder e o povo.

Essa história pode ser comparada à situação linguística do Brasil. Aqui também nós temos um demótico, o autêntico português brasileiro falado por todas

as classes sociais e já também escrito, mas a todo momento somos humilhados e desprezados pelos defensores do catarévussa, uma norma-padrão antiquada e obsoleta, aquilo que o linguista Carlos Alberto Faraco (2008) chama, com toda razão, de norma *curta*.

#### 4. EXEMPLOS DE NORMA CURTA

O mais desolador é que a defesa de uma “língua purificada”, ao contrário do que muitas pessoas acreditam, já deixou de ser feita pela maioria dos gramáticos profissionais e pelos dicionaristas consagrados. Embora em suas obras ainda se encontre um evidente apego a um modelo de língua “cultura” tradicional, nelas também já aparecem muitas críticas a esse modelo e até mesmo defesas dos usos mais difundidos. Vejamos uns poucos exemplos:

**através** [...] por meio: Os homens fizeram perguntas à velhinha, que respondeu como pôde, através do intérprete (AVL); mas através da escrita este fluxo poderoso seria domado e orientado (GM) [...] (*Dicionário de usos do português do Brasil*, Francisco S. Borba)

**custar** [...] Us[ado] t[am]b[ém] como v[erbo] auxiliar modal, seguido da prep[osição] a + v[erbo] principal no infinitivo com o sentido de ‘ter dificuldade de’ ou ‘levar tempo para’: *Ela custou a entender. O ônibus custou a chegar.* (*Novíssimo Aulete – dicionário contemporâneo da língua portuguesa*)

**ele** [...] emprega-se como pronome cópia (anafórico), correferente do tópico, em frases em que o sujeito foi topicalizado. <o José, *ele* não devia ter feito isto> (*Dicionário Houaiss*)

**meio** [...] há muitos exemplos, no português antigo como no moderno, desse advérbio flexionado (caso de concordância por atração): “a cabeça do Rubião *meia* inclinada” (Machado de Assis, *Quincas Borba*). (*Dicionário Aurélio*)

Vejamos agora de que maneira pseudoespecialistas como L. A. Sacconi, Josué Machado, Pasquale Cipro Neto, Ulisses Infante, Eduardo Martins e outros agentes dos que Bagno (1999) denomina “comandos paragramaticais” abordam os usos demóticos de *através*, *custar*, *ele* e *meio*, ou, mais desastrosamente ainda, de que modo a maioria dos livros didáticos disponíveis no mercado tratam desses temas:

**através.** Ouvimos e lemos várias vezes que a declaração do presidente foi feita através do porta-voz. Para o presidente falar *através* do porta-voz terá de fazer mais um orifício no pobre cidadão que porta a voz dele, porque a locução prepositiva *através de* tem sentido de transpassagem, de travessia. Através da vidraça, através de rios e montanhas, da cerração, do tempo, dos anos, dos planos econômicos. O uso de “através de” como indicador do agente da voz passiva, como no caso do porta-voz, comprova certo descuido. (*Manual da falta de estilo*, Josué Machado, 1994: 60)

**custar.** *Custar*, no sentido de “ser custoso”, “ser penoso”, “ser difícil” tem como sujeito uma oração subordinada substantiva reduzida. Observe: *Ainda me custa aceitar sua ausência. / Custou-nos encontrar sua casa. / Custou-lhe entender a regência do verbo custar.*

No Brasil, na linguagem cotidiana, são comuns construções como “Zico custou a chutar” ou “Custei para entender o problema” [...]

Na língua culta, essas construções em que *custar* apresenta um sujeito indicativo de pessoa são rejeitadas. Em seu lugar, devem-se utilizar construções em que surja objeto indireto de pessoa: “Custou a Zico chutar” (= “Custou-lhe chutar”) (*Gramática da língua portuguesa*, Infante e Cipro, 1997: 522)

**ele.** *Ele, ela.* Não podem funcionar como objeto direto. Por isso, nunca escreva: *O pai repreendeu “ele”* (o certo: *repreendeu-o*). / *Eu vi “elas”* (o certo: *Eu as vi*). (*O Estado de S. Paulo. Manual de redação e estilo*, Eduardo Martins, 1998: 103)

**meio.** Antes de adjetivo, usa-se apenas e tão-somente **meio** (ao menos na língua portuguesa). [...] **Meio** só varia quando modifica substantivo, pois nesse caso é adjetivo: **meia** laranja, **meias** palavras, meio-dia e **meia** (hora), volta e **meia** etc. (*Não erre mais!*, Luiz Antonio Sacconi, 1990: 308)

O discurso dos “comandos paragramaticais”, conservador e, muitas vezes, preconceituoso, como é fácil verificar, contrasta radicalmente com o dos linguistas e mesmo com o dos filólogos mais filiados à tradição gramatical.

Depois da Independência do Brasil, coincidentemente no mesmo ano da grega (1822), escritores e intelectuais da escola romântica tentaram introduzir na língua literária aspectos já bem firmados no português brasileiro urbano das classes médias e superiores. O mais conhecido deles foi, sem dúvida, José de Alencar. Logo em seguida, porém, veio a proclamação da República (1889) que, como bem se sabe, foi um golpe militar desferido pelo alto comando do Exército contra o muito popular imperador D. Pedro II.

A proclamação da República dos marechais se deu também durante o florescimento da escola parnasiana, um movimento intelectual e artístico ultraconservador, que cultivava a linguagem mais rebuscada e menos familiar possível. Não admira que esse mesmo movimento tenha participado da criação da Academia Brasileira de Letras (1897), uma entidade intrinsecamente “catarevússica”, imitação tropical da Academia Francesa, fundada em 1635, por ninguém menos do que Armand Jean du Plessis, cardeal-duque de Richelieu e de Fronsac, primeiro-ministro todo-poderoso de um regime monárquico radicalmente absolutista.

Estamos, então, no Brasil, diante de uma situação bastante parecida com a da Grécia pós-independência: nossa população fala e escreve uma língua demótica, que apresenta variação, é claro, mas que também apresenta grandes traços gerais que se encontram já faz muito tempo nos gêneros escritos mais formais, incluindo a literatura contemporânea. De fato, conforme escreve Azeredo (2008: 26), “continuam a ser indevidamente estigmatizadas como ‘erros gramaticais’ muitas formas e construções regularmente empregadas em textos formais de circulação pública em território brasileiro escritos em português”.

Do outro lado, um pequeno exército de inconformados, que não conseguem se desprender do passado, nostálgicos talvez do tempo das capitâneas hereditárias e da escravidão, e que sonham o sonho impossível do catarévussa.

## 5. O QUE SE ENSINA QUANDO SE ENSINA PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA?

Diante dessa situação interna complexa, a projeção do português brasileiro como língua internacional fica muito comprometida. No plano mais prático, verifica-se que existe uma produção de material didático que deixa muito a desejar.

A literatura de obras didáticas de português brasileiro para estrangeiros (PBLE) teve um significativo aumento nas décadas de 1980 e 1990 – de 1950 a 1970, raros são os livros didáticos publicados –, quando a área de PBLE começa, de certa forma, a ser institucionalizada nas universidades brasileiras. Em termos pedagógicos, essas obras são arquitetadas com base numa espécie de mescla das abordagens

estruturalista e comunicativa. A partir de 2000, surgem obras mais modernas, com propostas comunicativas e alguns traços sociointeracionistas.

Lamentavelmente, nessas obras, até mesmo nas mais recentes, não está representada a heterogeneidade das modalidades oral e escrita do português brasileiro que o estrangeiro deseja aprender, para que não fique sendo sempre “o gringo” que fala uma língua engraçada, distante daquela com a qual os brasileiros se identificam.

As sistematizações gramaticais reproduzem descrições conservadoras (muitas vezes, mais conservadoras do que as gramáticas e os dicionários atuais) e ignoram o fenômeno da variação linguística. Exemplos que mostram essa postura diante do português brasileiro são: a ausência de *a gente* no emprego de primeira pessoa do plural, a regência do verbo *ir* apenas com a preposição *a*, o predomínio do futuro simples (*farei*) em lugar do futuro perifrástico (*vou fazer*), o emprego do pronome relativo *cujo*, entre muitos outros traços que não caracterizam o português brasileiro, mas que foram selecionados para serem destacados nas sistematizações dos livros de PBLE.

Um levantamento feito em cinco livros didáticos de publicações ou reedições mais recentes revela desconsideração quanto ao emprego de *e/le* em função de objeto, além de não apresentar as possibilidades de retomada lexical e pronome objeto nulo, estruturas tão tipicamente brasileiras:

Pronomes pessoais de terceira pessoa (objeto)			
	Objeto nulo	Pronome lexical	Clítico acusativo
Dell'Isola/Almeida (2008)	_____	_____	_____
Fernandes <i>et al.</i> (2008) p.256	----- _____	----- _____	<b>o, a (lo, la, no, na) / os, as (los, las, nos, nas)</b> <i>Eu fi-la./ Fazei-lo/Eles viram-nos./ Ela põe-na dentro da bolsa.</i>
Grannier/Henriques (2001)	_____	_____	_____
Lima/lunes (2013) p.70-72	_____	_____	<b>o, a, os, as -lo, -la, -los, -las -no, -na, -os, -nas</b>
Lima et al. (2013) p. 48, 109	_____	_____	<b>o, a, os, as, lo, la, los, las</b>

O livro de Lima/lunes (2013 [1980]), utilizado em diversos centros nacionais e internacionais de ensino do português brasileiro, apresenta o seguinte diálogo:

A GRAVATA	
LINGUAGEM POPULAR	LINGUAGEM CORRETA
— Chico, tem muita gravata bonita nesta loja. Você não qué comprá pra usá lá no escritório? Não tá caro, não.	— Francisco, há muitas gravatas bonitas nesta loja. Você não quer comprar uma para usá-la no escritório? Não está caro, não.
— Vou comprá, Zé, mas é pra mostrá pros amigos no baile do sábado.	— Vou comprá-la, José, mas é para mostrá-la para os amigos no baile do sábado.
— Você vai no baile?	— Você vai ao baile?
— Claro, Zé! Você também não vai?	— Claro, José! Você também não vai?
(Lima/lunes, 2013: 78)	

Nesse quadro, as incoerências e o preconceito linguístico são evidentes. As alterações do diálogo em “linguagem popular” para o de “linguagem correta” não correspondem, de modo algum, à fala do português brasileiro. São características da fala mais geral brasileira:

- o emprego do verbo *ter* em lugar de *haver*, este mais restrito a textos escritos formais;
- a preposição *para* e o verbo *estar* reduzidos (*pra* e *tá*, respectivamente);
- a posição do pronome objeto vazia, em retomada anafórica;
- a regência do verbo *ir* com a preposição *em*;
- a não pronúncia do *-r* final nos infinitivos verbais.

Ou seja, o que ocorre, de fato, é exatamente o oposto do que propõe o quadro: a “linguagem popular” é a correta na fala brasileira. Além do mais, apelidos como Chico e Zé não têm qualquer relação com os conceitos de certo e errado. É uma questão de identidade pessoal! Podemos perfeitamente imaginar as desastrosas consequências, caso um estrangeiro reproduza na fala a “linguagem correta” proposta.

## 6. UMA GRAMÁTICA BRASILEIRA PARA FALANTES DE ESPANHOL

Depois de muita reflexão sobre esses problemas, os autores deste artigo decidiram enfrentar o desafio e começar a preencher minimamente essa grave lacuna. Produziram, juntos, uma gramática brasileira para falantes de espanhol (Carvalho e Bagno, 2015). Nela, fizeram absoluta questão de nunca mencionar o português europeu, nem para aquelas questões tradicionais de vocabulário e pronúncia. Todo o livro se dedica à descrição mais realista possível do português brasileiro contemporâneo. A única distinção que lhes pareceu relevante foi entre o

uso falado e o uso escrito mais formal e, ainda assim, sem traçar uma linha rígida entre essas duas modalidades, porque sabemos que as interações entre fala e escrita hoje em dia são intensas e cada vez mais os estilos se interpenetram, gerando textos que se pode classificar de híbridos. E dão exemplos sempre autênticos, extraídos de *corpora* de língua falada e escrita:

El pronombre **você**, además de referirse a la persona con quien se habla, es la forma más empleada para indicar *indeterminación*, es decir, para hablar de las personas en general, sin una referencia específica (similar al *se* indeterminado del español hablado o escrito):

- Hoje, *você* não vê mais crianças brincando na calçada como na minha infância.
  - Por exemplo, se *você* subir o salário mínimo para 100 dólares, em poucas semanas já não são mais 100 dólares, com uma inflação de 44 % ou 45 % .
- (p. 45)

[...]

Los pronombres **o/a/os/as** ya no pertenecen a la lengua espontánea brasileña y los usan únicamente las personas con acceso a la educación formal. Su empleo se restringe a los textos escritos formales. Para referirse a la 3ª persona, los brasileños o bien usan las formas **ele/ela/eles/elas**:

- Zé Coco do Riachão é um músico brasileiro importante. Conheci *ele* em Montes Claros.
- Eu comprei um terreno aqui no interior por três mil, mas já vendi *ele* pra um parente.

o bien no emplean ningún pronombre ( $\emptyset$ ):

- Trabalhei um teatrinho musical com os alunos de 1ª série e eles adoraram [ ].
- Eu comprei um terreno aqui no interior por três mil, mas já vendi [ ] pra um parente.

(p. 46)

[...]

En las oraciones imperativas, el empleo de **ele/ela/eles/elas** es prácticamente categórico:

- O Pedro já chegou? *Chama ele* pra mim, por favor.
- Para de incomodar a Aninha! *Deixa ela* em paz!
- Não quero falar com esse rapaz! *Mande ele* embora!

(p. 46)

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O potencial do português brasileiro como língua internacional depende de uma política linguística explícita da parte do Estado brasileiro. Uma política linguística que se volte tanto para dentro quanto para fora. Para dentro: reconhecendo a autonomia da nossa língua majoritária, reconhecendo que se trata de uma língua de pleno direito, a terceira mais falada do Ocidente, depois do espanhol e do inglês, uma das mais faladas do mundo e que deve ser promovida, dentro do Brasil, sem a constante assombração do português europeu como um fantasma colonial que nos intimida e que nos proíbe de falar como falamos. Uma política linguística interna que combata as formas de discriminação pela linguagem que são tantas e tão prejudiciais ao bom convívio social e que estão no mesmo patamar de intolerância das discriminações raciais, sexuais, religiosas etc. Que estimule a produção de obras didáticas voltadas para o ensino realista e honesto da língua, que parem de exibir, por exemplo, a arcaica tabela de conjugação verbal com o pronome *vós* e sem os pronomes *ocê* e *a gente*. Que reconheçam as mudanças já plenamente incorporadas no sistema das regências verbais e deixem de insistir em arcaísmos como a regência transitiva indireta do verbo *assistir*, para dar só o exemplo mais conhecido.

Uma política linguística externa que reconheça que o português brasileiro é cada vez mais um “sonho de consumo” para muitos estrangeiros, atraídos pelo desenvolvimento econômico do Brasil e pelas oportunidades de trabalho, de investimentos e de vida melhor que o país oferece. Que forme professores de português brasileiro como língua estrangeira capazes de ensinar a língua verdadeira e não uma ficção de língua que não vai ajudar ninguém a viver por aqui. Que invista na produção de bom material didático, que crie centros de ensino do português brasileiro no exterior cada vez mais numerosos, mais bem equipados, com corpo docente bem formado etc.

Um Estado que não provê essas condições deixa aberto o campo para que setores da sociedade retrógrados e imbuídos de ideologias conservadoras, puristas e excludentes desempenhem este papel. A inexistência de uma política linguística oficial é também, por sua própria antinomia, um tipo de política linguística, a ser questionada e discutida:

[Caberia] ao Estado conduzir uma reflexão sobre as normas na escola, uma escola onde se desvelariam as regras de uso da língua,

refletir sobre a estratégia da difusão das línguas estrangeiras, reforçar positivamente a imagem da língua entre seus usuários, suscitar sobre a língua um discurso libertador, onde não se negaria mais sua pluralidade interna.  
(Klinkenberg, 2001: 51-52)

Se o Estado intervém em todas as demais áreas da vida social, estabelecendo leis, regulamentos e normas — defesa do consumidor, direito das minorias, luta contra o analfabetismo, combate à fome, regulação dos meios de comunicação, combate às epidemias, código trabalhista, sistema eleitoral, adoção de filhos etc. —, não há por que não intervir também na língua, que é parte constitutiva, inseparável, de toda e qualquer atividade social.

## REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 1999.

BORBA, Francisco S. **Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil**. São Paulo: Unesp, 1991.

CARVALHO, Orlene L. S. **Variação linguística e ensino: uma análise dos livros didáticos de português como segunda língua**, in Bagno, Marcos (org.), **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002.

CARVALHO, Orlene L. S.; BAGNO, Marcos. **Gramática brasileira para hablantes de español**. São Paulo: Parábola, 2015.

CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. **Gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Scipione, 1997.

DELL'ISOLA, Regina L. P.; Maria José A. de Almeida. **Terra Brasil: curso de língua e cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma cultura brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola, 2008.

FERNANDES, Gláucia R. Rocha *et al.* **Muito prazer: fale o português do Brasil**. Barueri/SP: DISAL, 2008.

FERREIRA, Aurélio B. H. **Aurélio Século XXI. O Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GEIGER, Paulo (ed.). **Novíssimo Aulete. Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

GRANNIER, Daniele M. & Eunice R. Henriques. **Interagindo em português: textos e visões do Brasil**. Brasília: Thesaurus, 2001. 2. vols.

JANSON, Tore. **The History of Languages: an Introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

KAYE, Alan S. Arabic, *in* Comrie, Bernard (ed.). **The World's Major Languages**. London: Routledge, 1987.

KLINKENBERG, Jean-Marie. **La langue et le citoyen**. Paris: PUF, 2001.

LIMA, Emma E. O. F.; IUNES, Samira A. **Falar... Ler ... Escrever ... português: um curso para estrangeiros**. São Paulo: EPU, 2013 [1980].

LIMA, Emma E. O. F. *et al.* **Novo Avenida Brasil 1: curso básico de português para estrangeiros**. São Paulo: E.P.U., 2013 [2008].

LUFT, Celso Pedro. **ABC da norma culta**. São Paulo: Globo, 2010.

MACHADO, Josué. **Manual da falta de estilo**. 3ª ed. São Paulo: Best-seller, 1994.

MARTINS, Eduardo. **O Estado de S. Paulo. Manual de redação e estilo**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 1998.

NEVES, Maria Helena M. **Guia de uso do português**. São Paulo: Unesp, 2003.

SACCONI, Luiz Antonio. **Não erre mais!** 23ª ed. São Paulo: Atual, 1990.

VIEIRA, Maria da Graça; FIGUEIREDO, Regina. **Ler, entender, criar**. São Paulo: Ática, 2008.

VILAR, Mauro *et al.* **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

Recebido em 29 de abril de 2015 | Aprovado em 06 de junho de 2015

